

**A ALDEIA DE SÃO NICOLAU NOS OITOCENTOS:
MAIS DE UM SÉCULO ‘SEM NADA FAZER, NADA PENSAR, NADA SENTIR!’**

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo¹

Resumo: Esta pesquisa em nível de mestrado tem como principal objetivo analisar as fontes documentais primárias de cunho administrativo disponíveis para o estudo do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo no século XIX. Esse aldeamento foi fundado em 1757, sendo o primeiro constituído em território lusitano, hoje correspondente ao Rio Grande do Sul. Enquanto os demais aldeamentos guarani-missionários se extinguiram ou se transformaram em vilas e freguesias, São Nicolau permaneceu como uma aldeia indígena até o terceiro quartel do século XIX. Procura-se recompor as relações sociais e de poder em que estavam inseridos esses indígenas, levando-se em conta o seu papel de agente social e sua participação ativa no processo histórico. Assim, busca-se entrever aspectos que evidenciam processos de mudanças e permanências, no sentido de que tais elementos possam ser articulados com os processos de formação de identidade.

Palavras-chave: São Nicolau do Rio Pardo, guarani-missionários, identidade.

Abstract: This research in Masters's main objective to analyze the primary sources of documentary stamp administrative available for the study of the village of São Nicolau of Rio Pardo in the nineteenth century. This village was founded in 1757, the first being established in lusitanian territory today for the Rio Grande do Sul. As the other villages guarani-missionaries is extinguished or turned into towns and parishes, São Nicolau was a native village until the third quarter of the nineteenth century. Seeks to reconstitute the social relations and power in which these indians were included, taking into account its role as social agent. In this way, try to perceive things that reveal processes of change and stay in that these elements can be articulated with the processes of formation of identity.

Keywords: São Nicolau of Rio Pardo, guarani-missionaries, identity.

O principal objetivo desse texto é apresentar o objeto e o problema dessa pesquisa que recentemente iniciei, a nível de mestrado. De maneira sucinta apresentarei também algumas reflexões acerca das produções historiográficas referentes à temática.

A aldeia de São Nicolau foi fundada em 1757, em virtude do não-cumprimento do Tratado de Madri, quando cerca de 700 famílias de índios missionários foram trazidas e arranchadas nos arredores de Rio Pardo. No extremo sul da América portuguesa, atual estado do Rio Grande do Sul, as Coroas ibéricas buscaram estabelecer suas possessões territoriais na região do rio da Prata em 1750, através do Tratado de Madri. Uma série de conflitos foi desencadeada, envolvendo outra série de negociações nas quais os indígenas guaranis das

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann,

missões orientais estiveram envolvidos de maneira crucial. Tais indígenas eram alvo de disputa entre as Coroas que buscavam aliciar novos súditos que garantissem a posse do território. Uma das preocupações centrais do governo português, principalmente durante a década de 1760, era constituir aldeias em locais estratégicos, tanto do ponto de vista geopolítico, quanto econômico. Assim, em virtude das urgências de caráter militar houve sucessivas migrações de indígenas para territórios lusos, alguns dos quais em litígio fronteiriço. No início de 1759, Gomes Freire deu algumas instruções² para o estabelecimento dos indígenas que lá estavam e para aqueles que continuavam a chegar. São Nicolau do Rio Pardo foi o primeiro aldeamento guarani-missioneiro do Continente constituído nos moldes que remetem aos da política assimilacionista do marquês de Pombal³. Dos cinco aldeamentos guarani-missioneiros fundados em território luso, São Nicolau parecia ser o ponto de partida e chegada para os demais. Dele foram transferidas as populações indígenas que formaram os aldeamentos de Santo Antônio da Patrulha⁴ e de Nossa Senhora dos Anjos⁵; assim como também recebeu os indígenas dos aldeamentos que se mantiveram por pouco tempo, como o de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e provavelmente São Nicolau do Rio Pardo do Jacuí⁶. São Nicolau foi o primeiro aldeamento a se constituir enquanto tal, e o último a se desmantelar. Em 1852, o vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, afirmava: “É a aldeia mais antiga da Província e está reduzida a 273 indivíduos de origem guarani (...)”⁷. Enquanto os demais aldeamentos guarani-missioneiros do Continente do Rio Grande se extinguíram ou se transformaram em vilas e freguesias, São Nicolau permaneceu como uma aldeia indígena até o terceiro quartel

² Tais instruções pareciam estar de acordo com as diretrizes assimilacionistas oriundas do Diretório dos Índios. Assinado em 1758, o Diretório dos Índios era um conjunto de normas e instruções, cujo principal objetivo era inserir o indígena às sociedades que se formavam na América portuguesa, e a sua principal característica era o assimilacionismo. A política de assimilação dos indígenas previa a eliminação de quaisquer diferenças entre ‘brancos’ e ‘índios’. A integração dos indígenas só seria possível se eles fossem civilizados de acordo com os hábitos, costumes religiosos e culturais dos portugueses.

³ Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi o ministro todo-poderoso de D. José I (1750-1777) e principal mentor da política indigenista, que ocupava lugar de destaque no bojo das reformas político-administrativas, a fim de recuperar a defasada economia portuguesa.

⁴ Esse aldeamento tinha vários topônimos: aldeia da Patrulha, aldeia Nova, aldeia do Registro da Serra, Aldeia Velha e Santo Antônio da Guarda Velha. Para maiores detalhes ver LANGER, Paulo Protásio. *Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional, projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre, 2005, p.107-166.

⁵ A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos foi o maior aldeamento do Continente do Rio Grande em termos populacionais, contando com três mil almas em 1763, ano de sua fundação.

⁶ Os anos de fundação e extinção dos aldeamentos são: Santo Antônio da Patrulha (1758-1772), Nossa Senhora da Conceição do Estreito (1753-1763), Nossa Senhora dos Anjos (1763-1778) e para São Nicolau do Rio Pardo do Jacuí, sabe-se somente que foi fundado em 1757, mesmo ano em que foi fundado São Nicolau do Rio Pardo. Alguns desses dados estão presentes em LANGER, Protásio Paulo. Op. Cit. 2005, p. 128.

⁷ Arquivo Histórico de Porto Alegre / AHPA. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 01 de outubro de 1852.

do século XIX. Quais motivos teriam levado São Nicolau do Rio Pardo a permanecer enquanto um aldeamento indígena, e quais razões possibilitaram sua sobrevivência durante este considerável período de tempo, quando todos os demais não alcançaram tal longevidade?

São Nicolau encontrava-se entre os limites fronteiriços dos Impérios ibéricos. Essa posição geográfica e política peculiar fez com que os indígenas tivessem suas possibilidades de mobilidade espacial aumentadas. Ao final do século XVIII, o governador do Continente, estava ciente do paradeiro dos índios que fugiam de um aldeamento para outro, e do que esse fluxo significava para a política indigenista da capitania. José Marcelino ponderava sobre os resultados que teria conseguido no governo dos índios, caso não fosse a guerra e caso não tivessem “(...) os mais índios e índias pés para fugirem para o Rio Grande (...)”⁸. No início do século XIX, um funcionário do Império espanhol também relatava o trânsito dos indígenas e sua “noção de liberdade” em sentido contrário às fronteiras impostas por demarcações territoriais: “(...) pero lo peor de estas emigraciones es los muchos que se pasan a los dominios de Portugal, perdiendo el Estado estos vasallos y aumentando el poder al extranjero en aquella parte. Las jurisdicciones de Río Pardo, Puerto Alegre y Río Grande están llenas de indios de Misiones (...)” (DOBLAS, GONZALO [1810], APUD WILDE, 2003. PP. 105-135). São raros os trabalhos que abordam a aldeia de São Nicolau, estando os mesmos centrados na segunda metade do século XVIII. No entanto, parece ser especialmente interessante analisar como e por que a aldeia de São Nicolau teria conseguido sobreviver num contexto marcado por grandes mudanças nas políticas indigenistas.

O século XIX foi um período de grandes transformações e contradições políticas. As tensões decorrentes da mudança de regimes políticos e os renovados propósitos econômicos oriundos da ascensão do capitalismo refletiam as disparidades da época. Nos oitocentos, a política indigenista, assim como a política de ‘povoamento’ do Brasil, foi marcada pela preocupação com a questão da terra como principal meio de erigir a nação. Com a criação do Estado nacional brasileiro, tornou-se necessário construir uma memória nacional que reunisse a sociedade em torno de novas identidades históricas e culturais. Os discursos históricos e identitários de políticos e intelectuais se contradiziam e evidenciavam as disputas presentes na elaboração da história, da memória coletiva e da identidade da nação (ALMEIDA, 2007. PP. 192-212). Enquanto o jovem Estado nacional brasileiro buscava auto-estima e símbolos identitários que incorporassem grupos étnicos presentes em seu território, as comunidades

⁸ Biblioteca Nacional de Lisboa / BNL. Divisão de Reservados. Cód. 10854, carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vice-rei marquês do Lavradio. Porto Alegre, novembro de 1776 [não consta o dia].

indígenas lutavam para continuar existindo enquanto uma coletividade em meio às políticas assimilacionistas.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, contribui para a repercussão de discursos que perduram até os dias de hoje. Entre 1854 e 1857, Francisco Adolpho de Varnhagen publicou em cinco volumes a obra *História geral do Brasil*, sob o patrocínio imperial. No primeiro volume, ele assentiu: para os índios, “povos na infância, não há história: há só etnografia” (VARNHAGEN, [1854], 1942. PP 42). Em 1858, Avé-Lallemant viajou pela Província do Rio Grande do Sul e, de maneira diferente, também tentou desvanecer a presença indígena na aldeia de São Nicolau. O médico alemão deixou suas impressões sobre o aldeamento: “Ao visitar a aldeia de São Nicolau, encontrei na praça em frente da capela um silêncio tumular. (...) Em breve descobri algumas cabanas, mas lá também se mostrava a existência miserável, incolor. (...) Por isso são indubitavelmente seres humanos provisórios. Tal como os indivíduos é o conjunto! E assim é também a aldeia de São Nicolau um estabelecimento para esses retardados, onde lentamente, preguiçosamente vegetam sua vida de lêmures sem nada fazer, nada pensar, nada sentir!” (AVÉ-LALLEMANT, [1858], 1980, PP. 168-169). Neste mesmo ano, Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor da aldeia de São Nicolau, escreveu ao diretor geral dos índios informando que “a aldeia há muito está lançada no esquecimento e a miséria nela é uma terrível verdade, seus povoadores são quase todos velhos e crianças, encontrando-se dentre aqueles muitos servidores ao Estado, que por sê-lo, se inutilizaram por ocasião da guerra civil nesta Província”⁹. As opiniões de Avé-Lallemant e do diretor da aldeia de São Nicolau parecem ser conflitantes, mas têm algo em comum: todas elas contribuíram, de algum modo, para apagar as ações dos indígenas, negando-lhes a participação na construção do processo histórico. Pode-se, no entanto, encontrar uma brecha nas palavras deste último que indica o oposto. Segundo ele, os índios da aldeia que outrora estiveram em ‘idade produtiva’ teriam se inutilizado sendo úteis ao Estado. A maioria dos habitantes da aldeia era composta por velhos e crianças naquela ocasião. Entre os velhos encontravam-se alguns inválidos, provavelmente, devido à participação na ‘revolução Farroupilha’, como ficou conhecida a guerra regional de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil. Além disso, chama a atenção o fato de quase não haver homens em idade produtiva na aldeia.

Sobre a participação dos indígenas guarani na construção da história da Província do Rio Grande, há outras provas interessantes, entre as quais a seguinte vale a pena ser

⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / AHRs, Correspondência ativa José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto; José Joaquim de Andrade Neves. *Diretoria Geral dos Índios*, maço 4, março de 1858.

mencionada. Em 1865, um ano após o início da guerra do Paraguai, três índios kaingang, oriundos do toldo do cacique Fong, se obrigavam “a servirem como voluntários do exército”. Os indígenas não só achavam-se autorizados pelo cacique a prestarem tais serviços, como tiveram sua própria autoridade reconhecida pelo dono da estância, que permitiu que se “fizesse a reunião no toldo, ou taba de baixo, sob a direção do capitão”, dando “aos mesmos o armamento a fuzil, equipamentos, arreios, cavalos e o fardamento que for necessário¹⁰”. Tal autorização foi concedida através de uma portaria, visto que se tratava da estância do presidente da Província, Francisco do Rego Barros, o Visconde de Boa Vista. Os três índios, a saber, Antônio Portella, Manoel Feliciano e Manoel da Silva, foram respectivamente nomeados como capitão, tenente e alferes da Companhia ou Corpo que os mesmos formaram *com cerca de duzentos guaranis*¹¹. Dessa forma, o que chama a atenção na situação descrita pelo documento, não é somente a aliança estabelecida entre uma autoridade imperial e os indígenas para a defesa, a conquista e a garantia das fronteiras territoriais, mas também a aliança estabelecida entre índios kaingang e guarani. As políticas indigenistas e os discursos contribuíram para que as diferenças sócio-culturais entre esses grupos fossem polarizadas, através do conhecido antagonismo entre tupis e tapuias. Segundo John Monteiro, “o que se nota nas fontes quinhentistas e seiscentistas é precisamente a tensão entre a busca de uma unidade Tupi – afirmada no contraste com os Tapuia – (...), esta tensão ganhou novos contornos no século XIX, através das releituras que os primeiros historiadores nacionais fizeram dessas mesmas fontes” (MONTEIRO, 2001. PP. 68).

A homogeneidade da jovem nação não seria conseguida facilmente, dada sua tamanha heterogeneidade étnica. Nesse contexto, era preciso que o estado-nação tivesse não somente uma unidade territorial, mas também memórias coletivas que garantissem uma certa identidade histórica e cultural. Diante desse quadro, “é instigante identificar, então, a construção de, pelo menos, três imagens de índios com valorações diversas nos discursos históricos e políticos do período: os ‘idealizados do passado’, os ‘bárbaros cruéis’ e os ‘desagregados’” (ALMEIDA, IDEM. PP. 200). Os primeiros eram enaltecidos e de certo modo admirados, os segundos eram temidos e combatidos, e os terceiros eram tidos como misturados e aculturados, e por isso desdenhados e/ou desprezados. Para o caso aqui tratado, os índios kaingang tiveram sua imagem vinculada à selvageria; os índios guarani, à assimilação, e por conseguinte, à aculturação. Assim, as identidades dos grupos indígenas na

¹⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / AHRs, *Memorial sobre os Guaranis, do Visconde de Boa Vista apresentado à Presidência da Província*, Diversos, maço 5, agosto de 1865. Os três últimos trechos são citações deste documento.

¹¹ O grifo é meu.

Província de São Pedro também estiveram vinculadas à dicotomia entre índios missioneiros e índios selvagens. No entanto, segundo o memorial que o Visconde da Boa Vista apresentou à Presidência da Província em 1865, os selvagens kaingang estavam a liderar os assimilados guaranis, e ambos planejavam ir à guerra.

Nas condições impostas pelo contexto imperial também é possível visualizar a territorialização enquanto um processo de reorganização social que estabelece uma “intervenção da esfera política que associa – de forma prescrita e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (PACHECO, 1999. PP. 35). Ao que parece, os índios de São Nicolau teriam conseguido garantir sua identidade indígena também através da manutenção do território da aldeia e da longevidade da mesma. As relações estabelecidas neste contexto foram, provavelmente, fundamentais para reelaborações culturais e identitárias e para que esses indígenas atuassem ativa e diferentemente em prol de seus interesses. De acordo com as novas correntes da Etnohistória, tais reformulações não devem ser tratadas como contaminações que provocam o desaparecimento do ser social indígena ou de uma suposta pureza cultural. O processo de construção de identidades culturais não pode ser visto somente como um embate entre dominantes e dominados; há trocas culturais que situam novas realidades sociais. Conforme Guillaume Boccara, “ los mestizajes o las mezclas pueden, en cierto contexto y en función del estado de las relaciones de fuerza, de la naturaleza del contato y del sentido que los agentes dan a sus praticas, tener formas indígenas” (BOCCARA, 2005. PP. 29). Assim, a Etnohistória não deve ser entendida como ‘história das etnias’, mas sim como percepções e construções que adquiriam sentido ao longo do tempo e representavam para os grupos indígenas a possibilidade de controle sobre suas histórias, através da sua capacidade de articular fatos ocorridos no passado e no presente para pensar e decidir sobre o futuro (SIDER, 1994. PP. 109).

Apesar da inegável participação do indígena na construção do Brasil, atestada por algumas fontes históricas, geralmente as suas histórias são tidas como algo à parte. No caso dos guarani-missioneiros oriundos dos sete povos das missões, ainda é comum que eles tenham suas trajetórias atreladas às idéias pejorativas sobre mito, lenda ou tradição. Traços das contradições presentes nos discursos de políticos e intelectuais do século XIX podem ser encontrados, como por exemplo, na conclusão do livro intitulado História da Missões Orientais: “Nas gemas do nosso folclore, nas nossas lendas do campo, em todas as tradições da vida gaúcha, ficou a lembrança do índio missioneiro. Carinhosa expressão de amor, nas bravatas heróicas do pago, a china, a chinoca, ainda vive na sua beleza imortal de flor da estância” (PORTO, 1943. PP. 230). Podemos notar a contradição existente entre o que teria

permanecido na memória sobre a participação dos índios guarani na história do Rio Grande do Sul e o que atestam as fontes da época.

Não é raro encontrar esse tipo de abordagem em publicações sobre o tema. Após o período colonial, os índios guarani desaparecem do cenário historiográfico sul rio-grandense. Esta ótica reducionista está quase sempre impregnada pelo viés aculturacionista com que a história das populações ameríndias é usualmente tratada. Por esse mesmo motivo, há uma lacuna historiográfica que os torna praticamente invisíveis a partir dos oitocentos. Para o caso do estado do Rio Grande do Sul, não há produções historiográficas sobre indígenas guaranis no século XIX. A maioria dos estudos realizados sobre populações guaranis do Rio Grande do Sul é anterior ao século XVIII. Porém, nesses trabalhos mais recentes, a historiografia regional que trata a questão indígena dos povos guaranis considera que as estratégias usadas pelos indígenas fazem parte de um processo no qual eles também puderam agir. Alguns trabalhos enfocaram a ação dos índios através da análise de documentos produzidos por eles próprios (NEUMANN, 2005). Apesar de terem sua trajetória condicionada aos ditames do colonizador, os indígenas conseguiram tecer suas redes sociais e, por conseguinte, suas próprias histórias. Nesse sentido, Elisa Garcia, analisando ‘as diversas formas de ser índio no extremo sul da América portuguesa’ entre os anos de 1750 e 1820, entende que “não havia uma única maneira de viver para as pessoas assim designadas no contexto estudado. Esta categoria trazia em si limites e possibilidades e foi através da conjugação entre as situações vividas e os seus próprios interesses que os índios ponderavam sobre os rumos a serem tomados” (GARCIA, 2007, 292-293).

Pode-se dizer que São Nicolau não é um aldeamento representativo do seu enquadramento social: localizava-se na fronteira entre o Império espanhol e português até 1801, com a conquista das missões orientais do Uruguai; não se transformou em vila ou freguesia, tampouco se extinguiu como aconteceu com todos os demais aldeamentos guarani fundados no Continente do Rio Grande. Isso significa que, em certa medida, é possível romper barreiras para que se escreva história sobre populações guarani no séc. XIX, pois se antes pouco ou nada se escrevia em virtude da sua suposta assimilação e desaparecimento em meio à sociedade nacional, e também em meio à documentação, há um aldeamento como São Nicolau que, com suas várias peculiaridades, pode revelar aspectos importantes a respeito da história dos índios no Brasil oitocentista. Do mesmo modo, a sobrevivência e o ressurgimento de diferentes grupos étnicos no Brasil dos nossos dias, afirmando suas identidades indígenas obriga não só historiadores, mas antropólogos e intelectuais a repensar as histórias nacionais e a rever as teorias sobre elas.

FONTES CONSULTADAS

Fontes primárias:

Biblioteca Nacional de Lisboa. Divisão de Reservados, PSS, caixa 3.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Correspondência ativa José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto; José Joaquim de Andrade Neves, Diretoria Geral dos Índios, maço 4, 1858.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Diversos, Diretoria do Aldeamento de São Nicolau, maço 2, 1871.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Memorial sobre os Guaranis, do Visconde de Boa Vista apresentado à Presidência da Província, Diversos, maço 5, agosto de 1865.

Arquivo Histórico de Porto Alegre, Relatórios dos Presidentes da Província, Catequese e Civilização dos Índios. 1852.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2003, p.129-183.

_____. “Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)”, in ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca (org). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 63-93.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 1689-169.

BOCCARA, Guillaume. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas, repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. Buenos Aires. Número 13. 2005.

GARCIA, Elisa Frühauf. *A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

_____. ‘*As diversas formas de ser do índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América*’. Niterói, PPG-História/UFF, Tese de Doutorado, 2007.

HILL, Jonathan D. (org). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

LANGER, Protásio Paulo. *Os Guaraní-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional, Projetos Civilizatórios e Faces da Identidade Étnica (1750-1798)*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NEUMANN, Eduardo Santos. ‘*Práticas letradas guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*’. Tese de Doutorado apresentada pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’: Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais”, João Pacheco de OLIVEIRA (org.), *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943.

SIDER, Gerald. “Identity as History, Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States”. *Identities Global Studies in Culture and Power*. New Hampshire, vol. 1. 1994.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História Geral do Brasil* [1854]. 3ªed. São Paulo: Melhoramentos, 1962, v.1.

WILDE, Guillermo. "Orden y ambigüedad en la formación territorial del Río de la Plata a fines del siglo XVIII", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n.19, p.105-135, julho de 2003.